Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 97

n. 041

São Paulo

sábado, 28 de fevereiro de 1987

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO N.º 26.820, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Transfere da administração da Secretaria da Educação para a da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, imóvel que específica e dá outras providências

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista dos pronunciamentos das Secretarias da Justiça e da Educação,

Decreta:

Artigo 1.º — É transferida da administração da Secretaria da Educação para a da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, o imóvel com a área de 305,01 alqueires, situado no município de Itapetininga, formado pelas áreas de números 2 a 17 devidamente caracterizadas na planta n.º 4.273 e memorial descritivo constantes do PPI-53 357/74.

§ 1.º — O imóvel de que trata o "caput" destina-se à implantação de assentamento agrícola a ser definido pela Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários.

§ 2.º — A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor fica autorizada a realizar eventuais colheitas de produtos plantados na área a que se refere o artigo 1.º.

Artigo 2.º — Fica sob a administração à Secretaria da Educação o imóvel onde funciona a EEPG (Agrícola) Prof. Edson Galvão, com a área de 97,89 alqueires, bem como suas benfeitorias, formado pelo remanescente da área n.º 1 e total da área 18, também devidamente caracterizadas na planta e memorial descritivo constante do PPI-53 357/74 e mais parte da área mencionada no artigo 1.º, a ser delimitada nos trabalhos técnicos que serão realizados pela Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, juntamente com o Serviço de Engenharia e Cadastro Imobiliário da Procuradoria Regional de Sorocaba, conforme estabelecido no SPS-1.321/86.

Artigo 3.º — A Secretaria da Educação fica autorizada a celebrar convênio com o CONDERGI - Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de Itapetininga, dentro dos objetivos do Programa Municipal de Alienação e Desenvolvimento Rural.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Eduardo Augusto Muylaert Antunes,

Secretário da Segurança Pública, respondendo pelo expediente da Secretaria da Justiça

José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 27 de fevereiro de 1987.

DECRETO N.º 26.821, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão de passagem, imóvel situado na Vila Conceição, município e comarca de Diadema, necessário à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969, combinado com os artigos 2.º, 6.º e 40 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 4 de março — Quarta-feira

15h30 Despachos Administrativos.
16h30 Coordenador de Imprensa.
17h Assessor-Chefe da Assessoria Técnico-Legislativa-ATL.
18h Assessor Jurídico.

Seção I

Esta edição de 40 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias.....	2	Concursos.....	25
Universidades.....	14	Assembléi Legislativa.....	37
Ministério Público.....	15	Diário dos Municípios.....	37
Préribunal de Contas.....	17	Prefeituras.....	37
Válitas.....	24	Boletim Federal.....	39
Ve.			
Pro			
Da			

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para fins de instituição de servidão de passagem pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, por via amigável ou judicial, o imóvel abaixo caracterizado constituído de um terreno com a área de 100,22m² (cem metros quadrados e vinte e dois decímetros quadrados) e respectivas benfeitorias, situado na Vila Conceição, município e comarca de Diadema, necessário à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, para a implantação do Sistema de Esgotos Sanitários — Rede de Esgotos, ou a outro serviço público, imóvel esse que consta pertencer a Regina T. Burcos de Menezes, com as medidas, limites e confrontações mencionadas na planta SABESP n.º E 7.153 — C 13 e respectivo memorial descritivo, constantes do processo n.º 107, a saber: Propriedade n.º 107/37 — Servidão — Tem início na estaca "A", de coordenadas topográficas referidas ao sistema U.T.M.: N 7.378.478,00 e E 335.694,50, localizado no alinhamento predial da Rua Tupinambás, junto a um (1) muro de divisa da propriedade de Regina T. Burcos de Menezes com o imóvel n.º 36; daí segue pelo referido muro de divisa com direção NW, por uma distância de 45,50m, confrontando com os imóveis n.ºs 36 e 76 e com a Rua Jaci, até atingir a estaca "B"; daí deflete à direita e segue pelo limite da faixa de esgotos com direção NE, por uma distância de 2,40m, confrontando com áreas remanescentes, até atingir a estaca "C"; daí deflete à direita e segue pela linha limite da faixa de esgotos com direção SE, por uma distância de 45,60m, até atingir a estaca "D", junto ao alinhamento predial da Rua Tupinambás; daí deflete à direita e segue pelo referido alinhamento predial com direção SW, por uma distância de 2,00m, fazendo frente para a Rua Tupinambás, até atingir a estaca "A", onde teve início a presente descrição perimétrica.

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, código 05.00.01.00.00.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

João Oswaldo Leiva, Secretário de Obras e Saneamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 27 de fevereiro de 1987.

DECRETO N.º 26.822, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a subordinação hierárquica dos Corpos Especiais de Repressão ao Crime Organizado (CERCO), através da revogação de dispositivos do Decreto n.º 24.765, de 18 de fevereiro de 1986

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717 de 30 de janeiro de 1967, e diante da exposição de motivos do Secretário da Segurança Pública,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam revogados os artigos 3.º e 5.º do Decreto n.º 24.765, de 18 de fevereiro de 1986.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Eduardo Augusto Muylaert Antunes,

Secretário da Segurança Pública

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 27 de fevereiro de 1987.

DECRETO N.º 26.823, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre concessão de auxílio para aquisição de equipamentos à instituição assistencial que específica

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da deliberação do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções,

Decreta:

Artigo 1.º — É concedido auxílio de Cz\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos cruzados) para aquisição de equipamentos à instituição assistencial Instituto Educacional do Trabalho, na D.R. 07 — Bauru, em Guaiçara.

Artigo 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto correrá através do Código 11.04.01.15.81.486.2.142 — Categoria Econômica 4.0.0.0. — Elemento 4.3.3.1.0.0 do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções do orçamento do corrente exercício.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Carlos Alfredo de Souza Queiróz,

Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 27 de fevereiro de 1987.

DECRETO N.º 26.824, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre concessão de subvenção à instituição assistencial que específica

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da deliberação do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções,

Decreta:

Artigo 1.º — É concedida subvenção de Cz\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos cruzados) à instituição assistencial Instituto Educacional do Trabalho na D.R. 07 — BAURU, em Guaiçara.

Artigo 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto correrá através do Código 11.04.01.15.81.486.2.142 — Categoria Econômica 3.0.0.0 — Elemento 3.2.3.1.9.0 — outras subvenções sociais, do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções do orçamento do corrente exercício.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Carlos Alfredo de Souza Queiróz,

Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 27 de fevereiro de 1987.

DECRETO N.º 26.825, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Institui a série de classes de Cirurgião Dentista (Cirurgião Buco-Maxilo-Facial) no Subquadro de Funções-Atividades do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam acrescentados ao Decreto n.º 21.952, de 10 de fevereiro de 1984, alterado pelo Decreto n.º 22.606, de 23 de agosto de 1984, e pelo artigo 3.º do Decreto n.º 24.574, de 27 de dezembro de 1985, os artigos 14-A a 14-M, com a seguinte redação:

"Artigo 14-A — Fica instituída no Subquadro de Funções-Atividades do Quadro do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo a série de classes de Cirurgião-Dentista (Cirurgião Buco-Maxilo-Facial), composta de 4 (quatro) classes, identificadas por algarismos romanos de I a IV e escalonadas de acordo com as exigências de maior capacitação para o desempenho de atividades cirúrgicas nas unidades hospitalares do Hospital das Clínicas.

Artigo 14-B — As funções-atividades da série de classes de que trata o artigo anterior serão exercidas de acordo com as jornadas de trabalho a que se referem os artigos 71 e 74 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978.

Artigo 14-C — As Tabelas do Subquadro de Funções-Atividades, as referências iniciais e finais na Escala de Vencimentos 7 e as amplitudes e velocidades evolutivas das classes previstas no artigo 14-A ficam fixadas na seguinte conformidade:

Denominação da Função-Atividade	Tabela	Referência		
		Inicial	Final	A V.E.
Cirurgião-Dentista (Cirurgião Buco-Maxilo-Facial) I	SQF-II	11	26	I VE-1
Cirurgião-Dentista (Cirurgião Buco-Maxilo-Facial) II	SQF-II	13	28	I VE-1
Cirurgião-Dentista (Cirurgião Buco-Maxilo-Facial) III	SQF-II	15	30	I VE-1
Cirurgião-Dentista (Cirurgião Buco-Maxilo-Facial) IV	SQF-II	17	32	I VE-1

Artigo 14-D — Para fins de ingresso na classe inicial e acesso às demais classes da série de classes de Cirurgião-Dentista (Cirurgião Buco-Maxilo-Facial), aplicar-se-á o disposto nos artigos 4.º, 5.º e 7.º.